

CRISE ECONÓMICA



IMPOSTOS ■ BASTONÁRIO DOS TÉCNICOS DE CONTAS CRITICA POLÍTICA DO EXECUTIVO

Governo já tirou 10,6 mil milhões a portugueses

■ Aumento da carga fiscal começou com sobretaxa do IRS no final de 2011 e não mais parou: rendimento do trabalho e pensões são os mais penalizados

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Desde que tomou posse no final de junho de 2011, o Governo já retirou ao rendimento dos portugueses, através do aumento de impostos, mais de 10,6 mil milhões de euros. Na campanha eleitoral para as legislativas de junho de 2011, Pedro Passos Coelho prometeu não aumentar os impostos, mas, em apenas um ano e meio de governação, não só agravou a generalidade dos impostos como aplica em 2013 a maior subida da carga fiscal de que há memória. O FMI admite, num relatório divulgado na sexta-feira, que a carga fiscal total deverá manter-se nos próximos anos.

O Executivo da coligação PSD/CDS-PP, liderado por Passos Coelho e Paulo Portas, reduziu o rendimento dos portugueses por várias formas, com especial intensidade através da subida do IRS (ver infografia). E Vítor Gaspar, como ministro das Finanças, foi o rosto mais visível da estratégia governamental para o aumento da receita fiscal e, ao mesmo tempo, diminuição dos custos com o fator trabalho.

Dos mais de 10,6 mil milhões de euros retirados ao rendimento dos portugueses, mais de 70% resultam da subida dos impostos sobre o trabalho e dos cortes nos subsídios de férias e Natal e nas



Passos Coelho, Vítor Gaspar e Paulo Portas dominam Governo

FMI admite impostos altos nos próximos anos

pensões. A redução do rendimento dos portugueses é tão elevada que corresponde a mais de 90% das necessidades líquidas de financiamento do Estado em 2013, que ascendem a 11,5 mil milhões de euros.

Para o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, este "é um aumento de impostos injustificado e brutal". E remata Domingues Azevedo: "É incompreensível esta taxação sobre as

pessoas, deixando praticamente livre o rendimento do capital."

No relatório sobre Portugal divulgado na sexta-feira, o FMI concluiu que "provavelmente seria difícil reduzir a carga fiscal total nos próximos anos". Admitiu, no entanto, que "uma base fiscal mais alargada e um cumprimento mais rigoroso poderiam criar espaço de manobra para taxas mais baixas do imposto sobre o rendimento". ■

🔍 PORMENORES

● **TAXA EFETIVA DO IRS**
Em 2013, segundo o Governo, a taxa efetiva de cobrança do IRS aumentará de 9,8% para 13,2%. É uma subida de 34,69%.

● **REDUÇÃO DOS ESCALÕES**
Em 2013, a redução do número de escalões de IRS implicará o corte de mais de um salário para muitos trabalhadores.

● **ACERTO DE CONTAS**
Por causa do corte nos benefícios fiscais na Educação e na Saúde, os contribuintes poderão ter de pagar mais impostos em 2014.

FUNDO PROPÕE SUBIDA DE MAIS TAXAS



Abebe Selassie, chefe da missão do FMI para Portugal

● Depois do forte aumento da carga fiscal em 2012 e 2013, o Fundo Monetário Internacional (FMI) propôs ao Governo um novo aumento de impostos. Para o FMI, o Executivo ainda tem margem para aumentar o IMI rural, tributar os apoios à maternidade e subir o IVA no vinho e na cultura. Em contrapartida, diminui a TSU dos salários baixos. ■



ID: 45749984

21-01-2013

BELÉM | DUODÉCIMOS AGUARDAM

O Presidente da República, Cavaco Silva, já tem para promulgação o diploma sobre o pagamento em duodécimos de 50% dos subsídios de férias e de Natal em 2013



ESTADO | REFORMA EXIGE CORTES

O Governo apresentará no final de fevereiro uma proposta para a 'refundação' do Estado. O Executivo quer cortar quatro mil milhões de euros nas despesas do Estado

RECEITA | DERRAPAGEM EM 2012

Mesmo com o aumento brutal de impostos em 2012, a receita fiscal entrou em derrapagem: de janeiro a novembro, caiu 5,8%, o que revela as dificuldades da economia

2011 a 2013
Impacto das medidas do Governo sobre o rendimento dos portugueses

TOTAL 10 654,5 milhões de euros

2013
5114,2 milhões de €
Corte nos benefícios fiscais **80*** milhões de €
Corte de 90% de um subsídio aos pensionistas **428** milhões de €

Aumento da taxa do IMI
Incluindo eliminação da cláusula de salvaguarda
700** milhões de €

Corte de um subsídio aos funcionários públicos
532,5 milhões de €

A alargamento da base de cálculo da contribuição para a CGA
143 milhões de €

Aumento da taxa do IRS e sobretaxa extraordinária de 3,5% em sede de IRS
2810 milhões de €

Redução progressiva das pensões***
420,7 milhões de €

2012
4750,3 milhões de €
Redução das isenções do IMI **50** milhões de €
Sobretaxa extraordinária em sede de IRS (medida implementada em 2011) **185** milhões de €

Racionalização da estrutura das taxas do IVA
Inclusive a alteração da taxa do IVA sobre produtos energéticos
2044 milhões de €

Corte nos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos
1065 milhões de €

Corte nos subsídios de férias e de Natal aos pensionistas
951,5 milhões de €

Atualização dos impostos sobre o consumo
180 milhões de €

115 milhões de € Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho

Corte nos benefícios fiscais
143,8**** milhões de €

16 milhões de € Sobretaxa de solidariedade em sede de IRS

2011
790 milhões de €
Sobretaxa extraordinária em sede de IRS **790** milhões de €

Maioria está contra Orçamento do Estado

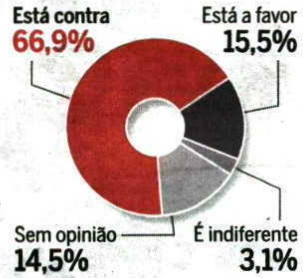
A maioria dos portugueses está contra o Orçamento do Estado (OE) de 2013. De acordo com uma sondagem CM/Aximage, o documento recebe a reprovação de 66,9% dos eleitores. As contas do Estado recebem apenas o voto favorável de 15,5% dos inquiridos. Há ain-

Apenas 15,5% dos eleitores são favoráveis ao documento

da 3,1% de eleitores para quem o documento é indiferente, e 14,5% de entrevistados que não têm opinião sobre o assunto.

O TC tem em mãos quatro pedidos de fiscalização de normas do Orçamento do Estado para 2013, entregues pelo Presidente da República, pelo provedor de Justiça, por deputados do PS e por deputados do PCP, do BE e do PEV. As normas relativas à suspensão do pagamento do subsídio de férias a trabalhadores e a aposentados e à contribuição extraordinária de solidariedade são as que mais dúvidas suscitam. ■ J.F.

Grau de aprovação Orçamento do Estado
Qual a sua opinião?



FICHA TÉCNICA Objeto Grau de aprovação do Orçamento do Estado 2013 Universo Individuais inscritos nos cadernos eleitorais de Portugal com telefone fixo no lar ou possuidores de telemóvel Amostra Aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, atividade e voto legislativo) e representativa do universo. Foi extraída de um subuniverso obtido de forma idêntica. A amostra contou com 603 entrevistas efetivas: 293 a homens e 310 a mulheres, 145 no interior, 243 no Litoral Norte e 215 no Litoral Centro-Sul, 162 em aldeias, 207 em vilas e 234 em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após reequilíbrio amostral. Técnica Entrevista telefónica por C.A.T.I., tendo o trabalho de campo decorrido nos dias 6 a 9 de janeiro de 2013, com uma taxa de resposta de 82,3%. Erro probabilístico Para o total de uma amostra aleatória simples com 603 entrevistas, o desvio-padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma 'margem de erro' - a 95% - de 4,00%). Responsabilidade do estudo Aximage Comunicação e Imagem Lda., sob a direção técnica de Jorge de Sá e de João Queiroz

AXIMAGE/CM